

DUARTE, Luiz Fernando; GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. 313 p.

Guillermo Vega Sanabria

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
E-mail: vega\_sanabria@hotmail.com

As histórias apresentadas por Duarte e Gomes em *Três famílias* oferecem-nos um quadro sociológico no qual mudanças e uma relativa mobilidade dos indivíduos, mesmo quando se produzem em meio a tensões, sucedem-se no tempo numa busca simultânea pela autoafirmação e pela estabilização. A sequência de ajustamentos em diversas ordens (dos indivíduos à cidade, passando pelas redes sociais no bairro) mostra “que é próprio da experiência social humana encontrar-se em permanente fluxo” (p. 241). É por isso que uma dimensão importante deste trabalho é compreender as transformações por que passaram e continuam passando as três famílias da pesquisa. Essas histórias familiares, a princípio locais, mas com enorme poder englobante, desdobram-se no livro num universo temático amplo, com distintos níveis de aprofundamento: parentesco, religião, identidade, classes sociais, construção da pessoa.

Feito literalmente *at home*, os autores deixam claro logo no início o caráter experimental do trabalho. Esse caráter pode ser visto em dois sentidos. Primeiro, na própria concepção da pesquisa, pois, embasada parcialmente num prolongado trabalho de campo, a obra não consiste propriamente numa monografia dedicada ao registro minucioso de um caso. Mesmo se utilizando de uma exposição etnográfica nos capítulos que reconstroem a história de cada família (2 a 4), eles oferecem, sobretudo, o esboço de um quadro social, um

referente empírico ao qual é preciso voltar sempre para articular as grandes questões abordadas nos capítulos de maior densidade analítica (5 a 7). Em outras palavras, antes de um texto monográfico num sentido “canônico”, deparamo-nos com uma série de descrições a partir das quais comparações são feitas, questões heurísticas levantadas e elementos teóricos discutidos, isto é, a análise, essa sim a rigor etnográfica, configurada. Faz parte do “experimento” da pesquisa incluir num mesmo recorte empírico materiais díspares, sobretudo do ponto de vista cronológico. O casal de referência da família Duarte formou-se em 1900 e veio a falecer nos anos de 1950, enquanto os outros dois constituíram-se entre os anos 1940 e 1950 e continuaram ativos até o final do século XX (os membros de um desses casais estavam vivos no momento da pesquisa). Contudo, os três casos são articulados para efeitos da comparação em virtude da

relação originária entre um casal e uma residência (ou complexo residencial), envolta por todas as demais propriedades de sua condição social nessa época. A partir daí, procurou-se acompanhar a trajetória da descendência desses casais de referência até o ponto em que sua dinâmica ainda parecesse depender diretamente das condições e dos desafios colocados pelo “*ponto zero*” do processo (p. 11, grifo nosso, aspas no original).

O segundo grande experimento no livro corresponde ao fato de os autores se engajarem num exercício de “alteridade próxima” ou “mínima” (Peirano, 1998). No Capítulo 1, “A pesquisa na própria sociedade (e sobre a própria família)”, essa questão é problematizada, pois tanto Duarte como Gomes pertencem a ramos ascendentes de duas das redes familiares pesquisadas; o estudo da terceira rede surge de uma relação de contato, amizade e pesquisa estabelecida por Duarte desde a década de 1970. Nesse capítulo, porém, a reflexão sobre as implicações de tal proximidade desdobra-se numa contestação do que os autores chamam de “populismo epistemológico”, especialmente a propósito dos apelos para uma “antropologia simétrica”. Ao advertir os problemas de toda forma de “empirismo” radical e de “nominalismo”, os autores se distanciam de uma antropologia

que reivindica o mesmo estatuto ontológico para “pesquisadores” e “pesquisados”, defendendo a existência de uma “assimetria situacional” entre pesquisadores e “nativos” no contexto por definição objetivante da pesquisa.

Mesmo cientes da ilusão que representa a ideia de um observador totalmente distante, isento, universal, eles colocam essa objetivação como necessária para “evitar se perder na mera constatação fenomenológica de uma justaposição de experiências parciais – a que corresponde apenas uma dimensão da vida de nossos observados”. Daí que a descrição da vida e dos locais das três famílias pesquisadas adquira o tom do “observador abstrato, soberano, que apresenta sua construção como um fato externo, objetivo, já dado”. Existe, pois,

uma tensão inevitável entre uma visão ética objetivista, externa, que procura privilegiar o oferecimento ao leitor de parâmetros de localização e comparação de cada um desses lugares sociais aqui explorados, e uma visão êmica em que os critérios internos, locais, de representação do seu ‘mundo’ possam transparecer [...] (p. 19-20).

Dessa perspectiva, o relato das experiências observadas e analisadas implica assumir “uma visão ‘realista’ da dimensão simbólica fundadora da condição humana (uma cultura, uma ordem simbólica, um sistema de significação, etc.), só em relação à qual as ações, interações, fluxos e eventos podem emergir como significativos” (p. 24).

Nos Capítulos 6 e 7 são analisados os trajetos de autoafirmação ou individualização identificados nas três redes familiares. Esses capítulos descrevem os processos de ascensão social, de distinção e, inclusive, colocam uma interpretação sobre o papel do Estado “moderno” na configuração do que viria a ser a identidade das famílias de classes populares. Todavia, eles podem ser lidos em termos mais gerais, muito além de qualquer pretensão psicologizante sobre a “identidade”, em virtude das formas de produção e preservação da memória através das quais os indivíduos constroem simultaneamente uma visão de suas “famílias” e de si próprios. Um dado revelador é fornecido nesse sentido:

em contraste com as classes altas das sociedades ocidentais, nas classes populares a profundidade da memória raramente supera a barreira de três gerações ascendentes com relação ao ego [...] Os vínculos com os antepassados são paulatinamente esquecidos, na falta de recursos formais ou institucionais de memória (p. 162-163).

A memória parece depender, antes de mais nada, de objetos materiais dos quais algo possa ser dito e a partir dos quais os vínculos possam ser estabelecidos: álbumes fotográficos, cartas, carteiras de identidade e outros documentos escritos, enfeites e acessórios decorativos, ferramentas de trabalho e utensílios de cozinha. Daqui que, como aponta Mauss (citado pelos autores), “o objeto/coisa que circula ‘não é inerte’, transcende seu conteúdo puramente material, incorpora e transmite como ‘espírito’ os valores e os significados das relações sociais nele inscritas” (p. 164-165). No contexto desse vínculo entre memória e objetos, a noção de “casa”, introduzida no Capítulo 5, ocupa um lugar definitivo como chave heurística na caracterização das famílias de classes populares. Essa noção adquire, então, um sentido próprio decorrente da experiência etnográfica: através do espaço privilegiado do “quintal”, ela se torna referência espacial e moral no processo de produção e preservação da memória, assim como na configuração da identidade. A casa-quintal é aqui o objeto por excelência, não apenas como bem sempre passível de partilha, mas como autêntica materialização da história familiar e baluarte afetivo no agenciamento das próprias trajetórias.

Essa combinação de materialidade da memória e de agência parece achar no circuito *casa-quintal/bairro/cidade* o ponto de máxima expansão. Isso porque nele se encontram espalhadas as marcas que são acionadas no processo de produção da identidade familiar: a casa-quintal e suas extensões na vizinhança tornam-se o espaço de habitação essencial para a rede de “parentes” e afins; nela emergem os valores morais e os personagens paradigmáticos que as gerações sucessivas eventualmente atualizarão. Daí que as transformações físicas de cada uma das três casas, vistas sempre como “alterações afetivo-estruturais intrínsecas à vida familiar”, decorram notadamente da conformação de novos casais, de novos “parentes” e da circulação de

peessoas, mas também das mudanças propiciadas pelos projetos “modernizadores” da cidade do Rio de Janeiro e suas adjacências. Na casa dos Duarte, no bairro do Estácio, tais mudanças chegam junto ao processo de pauperização do Centro da antiga Capital Federal; dos Costa, o crescimento da rede de casas familiares se confunde com o da localidade de Jurujuba; dos Campos, cômodos e comércios são construídos na casa de Gato Preto para abrigarem os novos casais e suas famílias, num adensamento demográfico similar ao experimentado na Baixada Fluminense nas décadas de 1960 e 1970. Elementos emblemáticos dessa rede afetivo-espacial, “os ‘quintais’ [ou as varandas, como na casa dos Costa ou dos Duarte] constituem um modelo representativo de organização e reprodução das relações familiares presentes nas camadas populares” (p. 171).

A individualização supõe nesse contexto de transformações alguma forma de afastamento (afetivo, afetivo-espacial ou espacial, de acordo com a classificação dos autores). Esse processo de “desenraizamento” é concebido como parte constitutiva da individualização. “O desenraizamento é pensado também como um desentranhamento da relacionalidade original. O modelo ideal desse trajeto é o da ‘ascensão social’, aquisição de uma condição superior àquela que prevalecia na origem” (p. 250). Entretanto, a distância que individualiza não necessariamente representa, no caso das três famílias, uma ruptura radical, mas faz parte da própria dinâmica de sua reprodução. Excetuando a família instalada desde tempos “imemoriais” em Jurujuba, as outras duas configuram-se como tal a partir da imigração para o Rio de Janeiro dos casais de referência e do afastamento (pelo menos espacial) com relação a seus ascendentes. É possível que as sucessivas mudanças físicas da casa e a recomposição das redes sociais nada mais façam do que anunciar a emergência de um novo modelo de pessoa, mais ajustado aos próprios processos de “individualização” da vida na cidade.

A ideologia da casa, em seu formato tradicional, pode vir a se adaptar a um formato mais ‘civilizado’, no sentido eliasiano, em que os controles espaciais e temporais correspondem ao ‘auto-controle’ constitutivo de um novo modelo de pessoa: fixar ou solicitar um horário mais

adequado para as visitas, receber para refeições em datas e horários previamente combinados, vestir-se apropriadamente para determinadas interações. As mudanças tornam-se perceptíveis [...] (p. 178).

A leitura positivada dessas mudanças permite considerá-las na plenitude de seus alcances, mesmo que estejam objetivamente limitadas pelos “campos de possibilidades” de cada família (Velho, 1997). A análise das trajetórias de paulatino afastamento e de estabelecimento de novos vínculos familiares descendentes possibilita identificar como esses processos se desdobram em formas de diferenciação e distinção: ora pela via da estabilização econômica e da mobilidade ascendente de uns, ora pelo “pluralismo exclusivista” do pertencimento religioso dos outros. Processos objetivos de ascensão social e “emburguesamento” vinculam-se, assim, a processos subjetivos de “modernização” de si próprio, visíveis inclusive nos casos de conversão religiosa, através de novos modos de autoconsciência, de intelectualização e, ainda, de estetização. Em outros termos, o trabalho de Duarte e Gomes revela-nos um panorama no qual de nada mais falamos que de processos de construção social da pessoa; e, na contramão de certo senso comum mais ou menos ilustrado, as três famílias aqui analisadas seriam “modernas” também quando examinadas à luz do seu pertencimento religioso. O papel da experiência religiosa no *ethos* familiar vem a produzir mudanças estreitamente ligadas à experiência de autoafirmação individual e de alguns ramos das redes familiares. Isso se torna evidente nas atitudes perante o trabalho, o casamento, o álcool, o sexo e a reprodução, as drogas etc., e na maneira como essas atitudes afetam radicalmente a organização dessas famílias.

Um aspecto que mereceria ser explicitado nessa análise é o fato de a individualização ocorrer não apenas nas gerações criadas na cidade, mas também na que emigrou do campo, isto é, na geração dos casais de referência. Isso porque o próprio ato de emigrar é uma forma de afastamento que, malgrado sua permanente ambiguidade, os torna “desenraizados” com relação a seus ancestrais que ficaram no campo. Nesses casais registrar-se-ia pelo menos uma “moderni-

zação” das condições materiais, mesmo se continuarem a manter um sentido “tradicional” da vida. Como os próprios autores apontam no caso das gerações descendentes desses casais, do ponto de vista histórico eles ascendem pela acumulação de recursos econômicos que lhes garante sua condição de “proprietários” (notadamente de uma casa), de possuidores de seus próprios meios de reprodução social e de uma posição de certa eminência no seu contexto social (o individualismo objetivo de Simmel, citado pelos autores). Outra forma de ascensão consiste na acumulação de recursos simbólicos capazes de produzir progressivamente neles certo grau de autoconsciência ou um sentimento da própria autonomia e de sua singularidade, uma representação “psicologizada”, intelectualizada e inclusive esteticizada do sujeito (o individualismo subjetivo de Simmel).

De uma perspectiva sócio-histórica, isto é, do desenrolar das trajetórias individuais, da “transmissão transgeracional” e das transformações da vida na cidade, as três famílias podem ser vistas aqui como um lugar intermediário no qual se exprime a continuidade das instituições sociais, ao tempo que são produzidos os campos de possibilidade dos indivíduos que as compõem. Essa maneira de entender a família talvez possibilitaria descolar a análise de Duarte e Gomes de um improvável “ponto zero”, recolocando as figuras do “pai” e da “mãe” dos casais de referência como “dobradiça” entre gerações, agentes integradores e integracionistas. Nesse lugar intermediário, o “pai” e a “mãe” continuariam a ser, como sugerira Bourdieu,

o lugar e o instrumento [emblemático] de um ‘projeto’ (*conatus*) que, estando inscrito em suas disposições herdadas, é transmitido inconscientemente em e por sua maneira de ser e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem (que em algumas tradições é chamada ‘a casa’) (Bourdieu, 1997, p. 588).

O desafio posto para as três famílias no processo de reprodução não é, portanto, o deslocamento ou a ultrapassagem dos pais pelos filhos. Embora a família Duarte seja apresentada como sendo de “funcionários públicos” e a Costa como sendo de “pescadores”, não

estamos aqui de modo absoluto ou estamos apenas de maneira parcial perante uma linha interminável de “técnico filho de técnico ou metalúrgico filho de metalúrgico” (p. 588), como diria Bourdieu; nem numa sequência ininterrupta de gerações de pais sendo ultrapassados por gerações de filhos, que, por sua vez, serão ultrapassados por seus filhos. A luta, na realidade, parece ser contra o esquecimento – o engajamento dos próprios autores como membros dessas famílias pode ser visto, aliás, como aporte para a produção e a salvaguarda da memória familiar. O grande risco da mobilidade e da individualização é a perda de memória. É nesse contexto que, de novo, as figuras “dobradiça” do “pai” e da “mãe” – ou de quem assume essa tarefa simbólica, como acontece com a filha mais velha dos Campos – representam certa continuidade moral no projeto familiar, à medida que seu legado material e espiritual é eventualmente acionado na elaboração de identidades pelas gerações mais recentes. A reação diante das mudanças trazidas pela vida na cidade não se dá em termos ideológicos, mas vivenciais. Na passagem do campo para a cidade e de uma geração para outra, mesmo quando cheia de tensões, a vida dessas três famílias recorda-nos, como dizem Duarte e Gomes, “que é próprio da experiência social humana encontrar-se em permanente fluxo” (p. 241).

### Referências

BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: \_\_\_\_\_. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 587-599.

PEIRANO, Mariza. When Anthropology is at Home: The Different Contexts of a Single Discipline. *Annual Review of Anthropology*, v. 27, p. 105-128, 1998.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: \_\_\_\_\_. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 13-38.

Recebido em: 25/08/2010

Aceite em: 05/09/2010